



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

15/12/2017 ATÉ 15/12/2017

INDÍCE

1	CASO DÉCIO SÁ	
	1.1 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	1
2	DECISÕES	
	2.1 BLOG DO NETO FERREIRA	2
3	FÓRUM DE SÃO LUÍS	
	3.1 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	3
4	POSSE	
	4.1 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	4
	4.2 SITE O IMPARCIAL ONLINE.....	5

Justiça mantém condenação contra ex-prefeito de São João do Caru

14/12/2017 21:00:43

A 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) manteve a sentença que condenou o ex-prefeito de São João do Caru, Edinaldo Prado do Nascimento, ao ressarcimento ao erário de R\$ 1.035.000,00; multa civil equivalente a cinco vezes o valor da remuneração mensal que recebia no cargo em 2008; suspensão dos direitos políticos por cinco anos e proibição de contratar com o Poder Público por três anos.

O Ministério Público estadual ajuizou ação de improbidade administrativa contra o ex-prefeito, porque ele, supostamente, deixou de prestar contas de dois convênios firmados com a Secretaria de Cultura do Estado do Maranhão, referentes ao Carnaval de 2008.

O ex-prefeito apelou ao TJMA contra a sentença de primeira instância, alegando ausência de dolo na sua conduta e por entender que não existiu lesão ao erário no caso.

O desembargador José de Ribamar Castro (relator) disse que a ação por ato de improbidade administrativa fundou-se em provas concretas que demonstraram, de forma contundente, que o apelante faltou com lisura no trato da coisa pública.

Ribamar Castro verificou nos autos que foram celebrados dois convênios com o município, referentes ao Carnaval de 2008, contudo ele não encontrou nenhuma prova de prestação de contas dos valores. Para o relator, tais ilegalidades comprovam a prática de ato de improbidade administrativa, não podendo ser consideradas como mera irregularidade, como quer o apelante.

O magistrado acrescentou que, quando da fase de instrução processual, ele também não apresentou nenhuma prova que modificasse as alegações trazidas pelo Ministério Público.

Em resumo, o relator disse que ficou demonstrada a presença do dolo genérico, consistente na vontade de realizar ato contrário aos princípios da administração pública, configurado pela conduta omissiva do apelante, na qualidade de prefeito, sobretudo quanto ao dever de prestar contas do dinheiro público.

Os desembargadores Raimundo Barros e Ricardo Duailibe também negaram provimento ao recurso do ex-prefeito

Justiça solta Júnior Bolinha, envolvido no Caso Décio Sá

CARDOSO

15/12/2017

Desembargadores do TJMA acataram pedido da defesa que alegou excesso de prazo da prisão do acusado sem que houvesse julgamento; José Alencar e Gláucio também estão soltos.

Júnior Bolinha beneficiado com habeas corpus

SÃO LUÍS - A 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) determinou, ontem, a soltura de José Raimundo Sales Chaves Júnior, o Júnior Bolinha, o último dos envolvidos na morte do jornalista e blogueiro Décio Sá. José de Alencar Miranda Carvalho e Gláucio Alencar Pontes Carvalho já estavam em prisão domiciliar. Estão presos apenas o matador do jornalista, Jhonathan de Sousa Silva e o motociclista Marcos Bruno Silva de Oliveira, que já foram julgados e condenados. .

Júnior Bolinha estava preso preventivamente desde 2012 acusado de ser um dos mandantes do assassinato do jornalista Décio Sá. Ele foi posto em liberdade por excesso de prazo, sem que houvesse julgamento.

O desembargador Jose Luiz de Almeida, relator do processo teve o seu voto acompanhado pelos desembargadores José Bernardo Rodrigues e Guerreiro Júnior. Só este ano, dois pedidos de soltura do acusado já haviam sido negados um pelo Superior Tribunal de Justiça e outro pelo Superior Tribunal Federal.

Há duas semanas, a Sexta Turma do STJ afastou a tese de excesso de prazo na prisão de Júnior Bolinha em virtude da complexidade da ação penal, que ainda aguarda julgamento em primeira instância e lhe negou o habeas corpus.

O próprio STJ já havia liberado Gláucio Alencar, apontado como outro mandante do crime contra a vida do jornalista. Ele agora precisa apenas cumprir recolhimento domiciliar noturno e aos fins de semana em relação tanto ao Caso Décio, quanto ao processo da agiotagem.

Ao STJ, a defesa do empresário apresentou o pedido de habeas corpus alegando excesso de prazo da prisão provisória, que já dura cerca de quatro anos. Segundo a defesa, ainda não há previsão de julgamento, apesar de a fase de instrução do processo ter sido finalizada em 2013.

O crime

O assassinato do jornalista Aldenísio Décio Leite de Sá, o Décio Sá, na noite do dia 23 de abril de 2012, teve grande repercussão. O jornalista da editoria de Política de O Estado foi alvejado com seis tiros de pistola ponto 40, em um bar na Avenida Litorânea.

O crime foi motivado por denúncias de casos de agiotagem no Maranhão, feitas pelo jornalista em seu blog. As investigações apontaram que os envolvidos no assassinato faziam parte de uma quadrilha de agiotas, que emprestava dinheiro para financiar campanhas de candidatos a prefeito que pagavam a dívida com dinheiro público quando venciam as eleições. A morte do jornalista levou às investigações da Polícia Civil do Maranhão e

da Polícia Federal, que encontraram ligação de pelo menos 41 prefeituras maranhenses, no período de 2009 a 2012, com cerca de R\$ 100 milhões de recursos estaduais e federais desviados.

O inquérito policial indiciou 12 pessoas como envolvidos na morte do Jornalista, Gláucio Alencar, José de Alencar Miranda, Ronaldo Ribeiro, Alcides Nunes da Silva, Joel Durans Medeiros, Júnior Bolinha, Fábio “Capita”, Fábio Aurélio o Buchecha, Jhonatan de Souza Silva, Marcos Bruno de Oliveira, o Amaral, Shirliano Graciano de Oliveira, o Balão e Elker Farias Veloso. Desses, apenas Jhonatan e Marcos Bruno foram julgados. Gláucio, José de Alencar e Júnior Bolinha permaneciam presos. Os outros foram impronunciados. (com o blog do Gilberto Leda)

O Estado recebe prêmio por matérias sobre trânsito

THIAGO BASTOS / O ESTADO

15/12/2017

Honraria, promovida pelo Observatório de Trânsito do Maranhão, será entregue hoje, às 19h, em solenidade no Fórum Desembargador Sarney Costa

SÃO LUÍS - O jornal O Estado recebe hoje em solenidade a partir das 19h, no Fórum Desembargador Sarney Costa, em São Luís, o prêmio Sentinelas do Trânsito (1ª edição), categoria veículo de Comunicação, pela série de matérias do repórter Jock Dean e publicada em maio do ano passado acerca da licitação do transporte público da Prefeitura de São Luís. As três publicações trouxeram informações sobre o processo licitatório, desde implicações no trânsito até as consequências aos usuários de transporte.

De acordo com o Observatório do Trânsito do Maranhão, entidade organizadora do prêmio Sentinelas e que analisa as mudanças na malha viária da capital maranhense e de outras cidades do estado, o jornal concorreu com veículos de televisão, rádio e web (blogs e sites). “A série de reportagens publicada por O Estado aborda, de forma extremamente técnica, como se deu o processo de licitação e quais as consequências para a população deste procedimento”, disse o coordenador do Observatório do Trânsito do Maranhão, Francisco Soares.

Segundo ele, além de O Estado, o prêmio também reconhecerá administrações de órgãos públicos ligados ao trânsito (como o Detran) e pessoas que tiveram iniciativas ligadas a melhorias no fluxo de veículos nas ruas e avenidas. Além da categoria veículo de Comunicação, também haverá prêmios nas categorias setor público, setor privado, sociedade civil, parlamento e poder executivo. “O poder público e a sociedade organizadora são fundamentais para a discussão sobre políticas de trânsito na cidade”, disse Soares.

Ele informou ainda que o prêmio Sentinelas do Trânsito deverá ocorrer anualmente. “Esta primeira edição foi um sucesso. A partir daí, daremos prosseguimento ao prêmio nos próximos anos”, frisou Soares.

Como se deu

Uma junta de membros do Observatório do Trânsito selecionou seis reportagens publicadas em 2016 e que fizeram referência às políticas de trânsito no estado. A série premiada de O Estado foi escolhida por unanimidade. “Foi uma peça jornalística impecável e escrita com detalhes”, finalizou Francisco Soares.

Novo comando do Judiciário do Maranhão assume nesta sexta-feira

OESTADOMA

15/12/2017

Nova mesa diretora do Poder Judiciário do Maranhão é composta pelos desembargadores José Joaquim Figueiredo dos Anjos (presidente), Lourival Serejo (vice-presidente) e Marcelo Carvalho Silva (corregedor-geral da Justiça)

A nova mesa diretora do Poder Judiciário do Maranhão - composta pelos desembargadores José Joaquim Figueiredo dos Anjos (presidente), Lourival Serejo (vice-presidente) e Marcelo Carvalho Silva (corregedor-geral da Justiça) - toma posse nesta sexta-feira (15), às 10h, em sessão solene no Plenário do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Os novos dirigentes do Poder estadual foram eleitos no dia 4 de outubro deste ano, pelo Pleno do Tribunal de Justiça, para o biênio 2018/2019. Diversas autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Maranhão e de outros estados irão prestigiar a cerimônia. O desembargador José Jorge Figueiredo dos Anjos saudará os eleitos.

A solenidade será precedida por uma missa em ação de graças, às 8h, na Catedral Metropolitana, a ser celebrada pelo padre Cláudio Corrêa.

O desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos - que assumirá o cargo no lugar do desembargador Cleones Cunha (biênio 2016/2017) - afirmou que pretende atuar numa gestão em conjunto com os colegas desembargadores, órgãos da Justiça como Defensoria Pública, Ministério Público, Ordem dos Advogados, e com os Poderes Executivo e Legislativo, buscando a melhoria das condições de trabalho na Justiça de 1º Grau.

"Trabalharemos uma gestão transparente, com ética e em busca constante pelo aperfeiçoamento da Justiça para garantir uma prestação jurisdicional ágil e eficiente", assinalou o desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos.

Currículo - Natural de São João Batista, o desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos graduou-se em Direito pela Universidade Federal do Maranhão, em 1978. Iniciou sua vida funcional como advogado e procurador do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Maranhão (DER), em 1978.

Atuou como procurador fiscal da Prefeitura de São Luís, no período de 1983 a 1986 - mesmo ano em que foi aprovado para concursos públicos de procurador do Estado e juiz de Direito. Ingressou na magistratura em maio de 1987.

Atuou em Riachão, Alcântara, Presidente Dutra, Itapecuru, Santa Inês e Bacabal. Chegou à 4ª entrância em 12 de fevereiro de 1992, exercendo o cargo de juiz auxiliar por cinco anos. Foi juiz corregedor na gestão do desembargador Antônio Fernando Bayma Araújo, e diretor do Fórum de São Luís nas gestões de Orville Almeida e Jorge Rachid.

Palestrante reconhecido na área do Direito Penal, exerceu também o magistério durante 10 anos, como professor do Centro de Ensino Universitário do Maranhão (Ceuma) e da Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam).

Como titular da 2ª Vara Criminal de São Luís, durante 11 anos e 9 meses, foi considerado um dos juízes de maior produtividade, de acordo com o perfil funcional da Corregedoria. Julgou casos importantes envolvendo o crime organizado no Maranhão. Em 19 de dezembro de 2006, ingressou no Tribunal de Justiça, pelo critério de merecimento, na primeira votação aberta para escolha de desembargadores da história do TJMA.

Novos dirigentes do TJ-MA assumem o cargo nesta sexta

Os novos dirigentes do Poder estadual foram eleitos no dia 4 de outubro deste ano

Data de publicação: 14 de Dezembro de 2017

A nova mesa diretora do Poder Judiciário do Maranhão – composta pelos desembargadores José Joaquim Figueiredo dos Anjos (presidente), Lourival Serejo (vice-presidente) e Marcelo Carvalho Silva (corregedor-geral da Justiça) – toma posse nesta sexta-feira, 15, em sessão solene no Plenário do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Os novos dirigentes do Poder estadual foram eleitos no dia 4 de outubro deste ano, pelo Pleno do Tribunal de Justiça, para o biênio 2018/2019.

O desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos – que assumirá o cargo no lugar do desembargador Cleones Cunha (biênio 2016/2017) – afirmou que pretende atuar numa gestão em conjunto com os colegas desembargadores, órgãos da Justiça como Defensoria Pública, Ministério Público, Ordem dos Advogados, e com os Poderes Executivo e Legislativo, buscando a melhoria das condições de trabalho na Justiça de 1º Grau.

O presidente

Natural do Município de São João Batista, o desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos graduou-se em Direito pela Universidade Federal do Maranhão, em 1978. Iniciou sua vida funcional como advogado e procurador do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Maranhão (DER), em 1978.

Atuou como procurador fiscal da Prefeitura de São Luís, no período de 1983 a 1986 – mesmo ano em que foi aprovado para concursos públicos de procurador do Estado e juiz de Direito. Ingressou na magistratura em maio de 1987.